

CUIDAR É ESCOLHER UM LADO: DIREITOS HUMANOS, PENSAMENTO CRÍTICO E A RECUSA DA NEUTRALIDADE

CARING MEANS CHOOSING A SIDE: HUMAN RIGHTS, CRITICAL THINKING, AND THE REJECTION OF NEUTRALITY

Elisa Costa¹

Resumo: Este pequeno artigo propõe uma reflexão sobre o cuidado como prática ética e política indissociável dos direitos humanos e do pensamento crítico, diante dos crescentes processos de desumanização que atravessam as sociedades contemporâneas. Em contextos marcados por desigualdades estruturais, violência normalizada e indiferença institucional, o cuidado corre o risco de se reduzir a procedimentos técnicos ou ações desimplicadas, esvaziadas de sentido humanizador. Sustenta-se que os direitos humanos constituem o fundamento inegociável do cuidado, enquanto o pensamento crítico opera como condição para reconhecer assimetrias, questionar neutralidades e resistir à naturalização da exclusão (FREIRE, 2019). Assim, cuidar é um ato que exige posicionamento, responsabilidade e a recusa ativa de transformar vidas em paisagem, reafirmando a humanidade como valor central de qualquer projeto social comprometido com justiça e dignidade. Por isso, é necessário dizer não à escuta neutra.

Palavras-chave: Cuidado; Direitos Humanos; Pensamento Crítico.

¹ Elisa Costa - é pesquisadora, ativista Romani e defensora dos direitos humanos do povo Romani. MBA em Saúde Coletiva, com pós-graduação em Humanização e Cuidados Paliativos em Saúde, e especialista em Liderança Executiva para o Desenvolvimento da Primeira Infância (INSPER). É presidenta fundadora da Associação Internacional Maylê Sara Kalí – AMSK Brasil (desde 2009), fellow Ashoka (2018), cofundadora do coletivo DOSTA/Basta – Feminismo Romani. Integra a RAC - Roma Advisory Council For The Americas. Atua na formulação, monitoramento e defesa de políticas públicas com enfoque em equidade, escuta culturalmente adequada e participação social.

Abstract: This short article proposes a reflection on care as an ethical and political practice inseparable from human rights and critical thinking, in the face of the growing processes of dehumanization that permeate contemporary societies. In contexts marked by structural inequalities, normalized violence, and institutional indifference, care risks being reduced to technical procedures or uninvolved actions, devoid of humanizing meaning. It argues that human rights constitute the non-negotiable foundation of care, while critical thinking operates as a condition for recognizing asymmetries, questioning neutralities, and resisting the naturalization of exclusion (FREIRE, 2019). Thus, caring is an act that demands positioning, responsibility, and the active refusal to transform lives into mere scenery, reaffirming humanity as a central value of any social project committed to justice and dignity. Therefore, it is necessary to say no to neutral listening.

Keywords: Care; Human Rights; Critical Thinking.

O cuidado como antídoto à desumanização constitui a ideia central que costura este artigo. Aqui, o cuidado, quando orientado pelos direitos humanos e pelo pensamento crítico, é compreendido como uma prática ativa de resistência à desumanização. Não se trata de “cuidado afetivo” ou de gestos individuais de boa vontade, mas de cuidado como posicionamento ético, político e intelectual diante das injustiças que estruturam a vida social, uma vez que nenhuma prática que se pretenda humana é neutra em contextos de opressão (FREIRE, 2019).

Nesta perspectiva, o cuidado não é entendido como virtude privada nem como disposição individual abstrata. Trata-se de uma prática social situada, atravessada por relações de poder, responsabilidades públicas e disputas de reconhecimento. Cuidar implica decidir quem é visto, quem é protegido, quais vidas importam e quais sofrimentos merecem resposta institucional. Assim, toda prática de cuidado carrega uma dimensão política incontornável, pois participa ativamente da produção ou da superação das desigualdades.

A noção de “escuta neutra”, frequentemente associada à imparcialidade institucional,

exemplifica essa falsa desimplicação. Tal escuta se aproxima do discurso do isentão: houve presença formal, mas não houve encontro. Com o tempo, o que permanece é a perda de oportunidades de conexões genuínas, os mal-entendidos e a sensação de indiferença — o conhecido “tanto faz como tanto fez”. Nesse cenário, não se constroem vínculos duradouros nem relações de confiança, elementos fundamentais para qualquer prática de cuidado.

A “escuta neutra” e a “imparcialidade” não se configuram como virtudes quando se trata de direitos humanos. Ao contrário, muitas vezes operam como formas refinadas de apagamento. Quando tudo vira paisagem, ninguém é visto. Essa crítica dialoga com reflexões que evidenciam como a neutralidade aparente contribui para silenciar experiências historicamente subalternizadas e reforçar hierarquias sociais sob o disfarce da universalidade (RIBEIRO, 2017).

Ao reivindicar imparcialidade, a neutralidade frequentemente opera como mecanismo de manutenção da ordem existente. Ao não reconhecer as diferenças de posição e as hierarquias historicamente construídas, ela transforma privilégios em regra e desigualdades em circunstâncias inevitáveis. Nesse movimento, a responsabilidade institucional se dilui, enquanto sujeitos concretos permanecem desprotegidos. A recusa da implicação, portanto, não elimina o conflito; apenas o desloca para aqueles que já suportam o peso maior da injustiça.

Essa dinâmica se manifesta tanto nas relações cotidianas quanto, de modo ainda mais grave, na formulação e implementação de políticas públicas. A ausência de escuta implicada tende a gerar mal-entendidos, dificultando a criação de vínculos e produzindo sensações de isolamento, especialmente entre grupos historicamente minorizados. No campo da infância e da proteção social, a burocratização do cuidado e a linguagem técnica podem transformar sujeitos em “casos”, diluindo histórias, pertencimentos e experiências concretas (RIZZINI, 2011).

Por isso, em contextos marcados por assimetrias de poder, a escuta precisa ser situada, implicada e responsável. Não existe escuta neutra quando há desigualdade estrutural. A escuta que se pretende distante e desimplicada transforma sujeitos em paisagem, dilui o sofrimento e impede o reconhecimento do outro em sua singularidade. Quando tudo é tratado como dado, cenário ou ruído, a

violência deixa de interpelar eticamente quem escuta, reafirmando uma lógica civilizatória que retira a vida do centro das decisões (KRENAK, 2019).

A desumanização, contudo, não se inicia na violência explícita, mas na indiferença. Começa quando vidas viram números, sofrimentos se reduzem a estatísticas e infâncias passam a ser tratadas como objetos de gestão. A linguagem técnica, neutra e burocrática pode desumanizar sem parecer violenta. É precisamente nesse ponto que os direitos humanos se afirmam como instrumento ético e político de reumanização, recolocando a dignidade no centro das práticas institucionais. Quando o cuidado se dissocia desses direitos, ele se converte em controle, tutela e administração da desigualdade, especialmente sobre corpos historicamente racializados e marginalizados (CARNEIRO, 2011).

Nesse contexto, o pensamento crítico torna-se condição indispensável do cuidado. Pensamento crítico não se confunde com opinião pessoal, militância vazia ou relativismo moral. Trata-se da capacidade de questionar neutralidades, ler as relações de poder, recusar a naturalização da violência e assumir implicação ética diante das injustiças. Sem pensamento crítico, a desumanização se normaliza, a injustiça se converte em “contexto” e a violência passa a integrar a paisagem social. É o pensamento crítico que impede o cuidado de se reduzir a um ato mecânico, técnico e desprovido de responsabilidade histórica (FREIRE, 2019).

Quando orientado pelos direitos humanos e sustentado pelo pensamento crítico, o cuidado deixa de ser resposta automática e passa a constituir intervenção ética no mundo. Ele reconfigura prioridades institucionais, modifica práticas profissionais e restitui a condição de sujeito àqueles que foram historicamente tratados como problema, número ou ruído. Trata-se de deslocar o eixo das políticas da gestão da desigualdade para a afirmação radical da dignidade.

Conclusão

Cuidar é escolher um lado. Em sociedades atravessadas por desigualdades estruturais e violações sistemáticas de direitos, a neutralidade não protege — ela silencia. O cuidado, quando

ancorado nos direitos humanos e sustentado pelo pensamento crítico, afirma-se como prática de resistência à desumanização e como defesa inegociável da vida. Recusar a escuta neutra é reconhecer que não há justiça sem posicionamento, nem cuidado possível sem a coragem de se implicar eticamente diante do sofrimento do outro.

Quando orientado pelos direitos humanos e pelo pensamento crítico, o cuidado deixa de administrar vulnerabilidades e passa a produzir reconhecimento. Ele rompe com a tradição de transformar sujeitos em objetos de gestão e reafirma que nenhuma política é legítima se não estiver comprometida com a continuidade da vida em sua dignidade. É nesse deslocamento que o cuidado encontra sua potência transformadora.

Escolher um lado, portanto, é a condição mínima para permanecer humano.

Referências

CARNEIRO, Sueli. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2011.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 60. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RIBEIRO, Djamila. O que é lugar de fala? Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RIZZINI, Irene. O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. Rio de Janeiro: Amais, 2011.